

SP DEMOGRÁFICO

Resenha de Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo

Ano 11 – nº 3

Abril 2011

Informações recentes revelam redução da migração no Estado de São Paulo e em suas metrópoles

O objetivo deste número do *SP Demográfico* é dimensionar as migrações na primeira década deste século para o Estado de São Paulo e suas Regiões Metropolitanas.

Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE revelaram o total da população do país, dos Estados e municípios, naquele ano. Para o Estado de São Paulo, por exemplo, foi contabilizada uma população residente de 41.252 mil habitantes. Quando comparada com aquela registrada pelo Censo Demográfico de 2000 (36.974 mil habitantes), estima-se que, a cada ano da última década, a população paulista tenha crescido em aproximadamente 428 mil pessoas. Embora essa variação, em termos absolutos, pareça grande – seu montante corresponde ao total da população do Estado de Roraima (450 mil habitantes) ou de cidades como Cuiabá (480 mil habitantes) e Aracaju (460 mil habitantes) –, quando medida em termos relativos, equivale a uma taxa anual de crescimento de apenas 1,1%, muito próxima à média do país (1,2%).

Tradicionalmente, os estudos sobre a dinâmica demográfica de uma localidade – país, Estado ou município – separam o crescimento populacional segundo seus dois componentes: o saldo vegetativo e o saldo migratório. O primeiro corresponde à diferença entre nascimentos e mortes ocorridos nessa localidade, em determinado período. O segundo refere-se à diferença entre as entradas e saídas de migrantes da localidade em questão, no mesmo período.

Para o Estado de São Paulo, suas regiões e municípios, como se afirmou, já se conhece o crescimento anual do total da população entre 2000 e 2010 (428 mil pessoas, para o conjunto do Estado), desde a divulgação, em novembro do ano passado, dos resultados do Censo de 2010. Conhece-se, também, o saldo vegetativo anual (380 mil pessoas), calculado pela Fundação Seade a partir do Sistema de Estatísticas Vitais (SEV). Assim, por meio da diferença entre o crescimento do total da

população e o saldo vegetativo, foi possível estimar o saldo migratório anual do conjunto do Estado (48 mil pessoas) e de suas distintas localidades, objeto deste estudo.

Recorde-se que as informações sobre fluxos migratórios, para todas as localidades do Estado e do país, somente são levantadas pelos Censos Demográficos. Tais dados foram coletados em 2010, mas ainda não estão disponíveis, pois se encontram no IBGE em fase de processamento e consistência. Quando estes forem publicados, será possível, para todas as localidades do país, calcular os saldos migratórios e conhecer a origem e o destino dos migrantes, além de muitas outras informações sobre o tema. Porém, com os resultados do SEV combinados com os do Censo Demográfico, já divulgados, pode-se estimar indiretamente os saldos migratórios, mostrando, em linhas gerais, o comportamento, na última década, das migrações no Estado de São Paulo, em suas regiões e municípios, bem como o impacto em sua dinâmica populacional.

Assim, por meio do procedimento descrito, calculou-se, para cada município do Estado de São Paulo, o saldo migratório, isto é, a parcela de sua variação populacional na última década que se deveu ao componente migratório. Quando negativo, esse indicador revela ter havido mais migrantes saindo do que entrando naquele município e, quando positivo, significa que a entrada de migrantes superou a saída. A soma dos saldos migratórios de todos os municípios paulistas corresponde ao saldo migratório do Estado de São Paulo, observando-se que, ao se realizar essa operação, os movimentos migratórios intraestaduais se compensam, de modo que seu resultado contabiliza apenas os movimentos migratórios interestaduais e internacionais, isto é, cuja origem ou destino esteja fora do território paulista. No caso regional, aplica-se a mesma lógica de compensação interna, ou seja, o saldo regional reflete o movimento migratório externo a essa região (outras localidades paulistas, Estados brasileiros ou países). Uma síntese desses resultados encontra-se na Tabela 1.

Outro indicador migratório apresentado neste número do *SP Demográfico* é a taxa de migração, que corresponde à razão entre o saldo migratório anual e a população média anual de determinada área. As taxas de migração são utilizadas para dimensionar o impacto do saldo migratório no volume da população de uma determinada área.

Saldos migratórios

Estado de São Paulo

A primeira constatação deste estudo foi a redução da migração no Estado de São Paulo, entre 2000 e 2010: o saldo migratório correspondeu a 47.946 pessoas ao ano e foi responsável por 11,2% do crescimento

absoluto da população. Essa proporção equivale apenas à quarta parte do que a migração já representou para o crescimento populacional paulista no período de maior expansão migratória, entre 1970 e 1980, quando alcançou 42,3% (Tabela 1).

Tabela 1

População e crescimento anual, por componentes
Estado de São Paulo – 1970-2010

Anos	População (N ^{os} abs.)	Taxas de crescimento anual (%)	Crescimento médio anual (N ^{os} abs.)	Componentes do crescimento			
				Saldo vegetativo anual (N ^{os} abs.)	Saldo migratório anual (N ^{os} abs.)	Participação no crescimento (%)	
						Vegetativo	Migratório
1970	17.670.013						
		3,51	728.323	420.006	308.317	57,67	42,33
1980	24.953.238						
		2,12	589.367	536.034	53.333	90,95	9,05
1991	31.436.273						
		1,82	615.345	467.902	147.443	76,04	23,96
2000	36.974.378						
		1,10	427.778	379.832	47.946	88,79	11,21
2010	41.252.160						

Fonte: Fundação Seade; IBGE.

Tal decréscimo não é propriamente uma novidade, pois a reversão da tendência migratória em São Paulo se deu nos anos 1980, quando a participação desse componente no crescimento populacional reduziu-se para 9,1%, numa brusca mudança em relação à década anterior. Apesar de essa participação ter aumentado para 24,0%, entre 1991 e 2000, as informações atuais mostram a retomada da trajetória decrescente da migração para o Estado de São Paulo.

Entretanto, observe-se que o saldo migratório da última década (47.976 pessoas ao ano) foi o menor registrado na história recente do Estado, sendo que apenas entre 1980 e 1991 atingiu-se patamar semelhante (53 mil pessoas ao ano). Este saldo corresponde a praticamente um terço do verificado entre 1991 e 2000 (147 mil pessoas ao ano) e a 17,3% do observado na década de 1970 (308 mil pessoas ao ano).

A Tabela 1, além das informações mencionadas, mostra que, simultaneamente à redução do componente migratório, o saldo vegetativo anual (diferença entre nascimentos e óbitos) também diminuiu de forma sistemática: passou de 536 mil pessoas, entre 1980 e 1991, para 379 mil, na última década. Assim, a redução conjunta dos dois componentes da dinâmica demográfica (vegetativo e migratório) resultou no menor crescimento populacional do Estado de São Paulo em sua história recente.

Regiões metropolitanas

Os movimentos migratórios geralmente estão associados aos processos de formação e crescimento das metrópoles e ao poder de atração que elas exercem na população, daí a importância de tratá-las com destaque. O Estado de São Paulo contém três regiões metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista e Campinas), que se caracterizam como áreas de grande concentração populacional e econômica, cuja importância transcende os limites do território paulista.

Essas três áreas metropolitanas respondiam em 2008 por quase 70% do PIB estadual e por 23% do PIB nacional. Em 2010, residiam nessas regiões 24 milhões de pessoas, distribuídas por seus 67 municípios – 39 na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); nove na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e 19 na Região Metropolitana de Campinas (RMC) –, correspondendo a 58,5% da população estadual e a 12,7% da brasileira. Isso parece suficiente para comprovar sua importância e representatividade nos contextos estadual e nacional e explicar porque elas desempenharam, ao longo de décadas, papel de relevância no crescimento populacional paulista, caracterizando-se como importantes áreas de atração de migrantes originários tanto do próprio Estado de São Paulo, como de outras unidades da federação e até mesmo de outros países.

As informações ora apresentadas (Tabela 2), entretanto, mostram certa relativização desse papel, sobretudo para a RMSP e a RMBS. A Região Metropolitana de São Paulo e o Município de São Paulo registraram saldos migratórios negativos, entre 2000 e 2010. Nos demais municípios da RMSP, o saldo migratório, embora positivo (2,5 mil pessoas ao ano), é substancialmente menor do que o registrado nos anos 1990 (75 mil pessoas ao ano). Assim, a RMSP voltou a apresentar saldo migratório negativo na última década, uma vez que os demais municípios, que se mantiveram como importantes áreas de atração de migrantes em décadas passadas, deixaram de cumprir esse papel entre 2000 e 2010, o que os impediu de contrabalançar o saldo migratório negativo da capital.

A RMBS apresentou tendências migratórias semelhantes às da RMSP. Entre 2000 e 2010, o Município de Santos manteve os saldos migratórios negativos evidenciados desde os anos 1980 e o dos demais municípios, embora ainda positivo, diminuiu acentuadamente em relação ao decênio precedente. Com isso, o volume anual líquido de migração para a RMBS passou de 13 mil pessoas, entre 1991/2000, para cinco mil pessoas entre 2000/2010.

Já a RMC, quando comparada às outras duas áreas metropolitanas, aparece como a mais importante em termos de atração populacional, pois seu saldo migratório foi de 23,6 mil pessoas ao ano, entre 2000 e 2010. Note-se que, desde os anos 1980, os saldos migratórios registrados

para a RMC situam-se em torno de 25 mil pessoas ao ano, o que sugere a permanência da região como centro de atração populacional, diferentemente das duas outras.

No âmbito intra-regional, a RMC também apresenta especificidades nas tendências migratórias que a distinguem das outras duas. Seu município-sede registrou saldo migratório positivo de 2,9 mil pessoas ao ano na década passada, enquanto o correspondente aos demais municípios, além de positivo e substancialmente elevado, superou o patamar de 20 mil pessoas ao ano.

Tabela 2

Taxas de crescimento populacional, saldos migratórios anuais e taxas anuais de migração
Estado de São Paulo e Regiões – 1980-2010

Estado de São Paulo e Regiões	Taxas anuais de crescimento populacional (%)			Saldos migratórios anuais			Taxas anuais de migração (por mil hab.)		
	1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Estado de São Paulo	2,12	1,82	1,10	53.333	147.443	47.946	1,89	4,31	1,23
RM de São Paulo	1,86	1,68	0,98	-24.972	24.399	-30.362	-1,79	1,47	-1,62
São Paulo	1,15	0,91	0,76	-68.724	-50.824	-32.814	-7,60	-5,07	-3,03
Demais municípios	3,20	2,87	1,27	43.752	75.223	2.452	8,90	11,41	0,31
RM da Baixada Santista	2,18	2,17	1,21	4.748	13.115	5.038	4,37	9,75	3,21
Santos	0,02	0,02	0,04	-4.155	-2.198	-1.310	-9,97	-5,26	-3,13
Demais municípios	3,59	3,16	1,65	8.903	15.313	6.348	13,29	16,52	5,52
RM de Campinas	3,50	2,59	1,84	25.403	26.433	23.632	16,27	12,63	9,21
Campinas	2,23	1,54	1,11	2.802	3.169	2.941	3,72	3,50	2,87
Demais municípios	4,72	3,41	2,32	22.601	23.264	20.691	27,96	19,60	13,43
Outras regiões	2,25	1,84	1,12	48.153	83.496	49.638	4,16	5,90	3,06

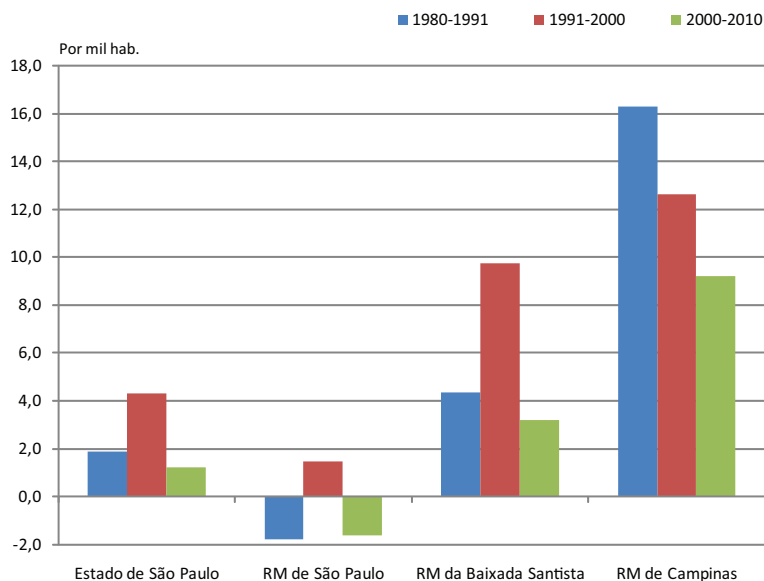
Fonte: Fundação Seade.

Taxas de migração

Para o conjunto do Estado de São Paulo, o comportamento desse indicador revela que, na última década, diminuiu a participação do componente migratório no crescimento populacional. Nesse período, a taxa de migração em São Paulo foi de 1,2 migrante ao ano por mil habitantes, inferior até mesmo à registrada nos anos 1980 (1,9 migrante ao ano por mil habitantes), período de maior redução da migração em São Paulo (Tabela 2).

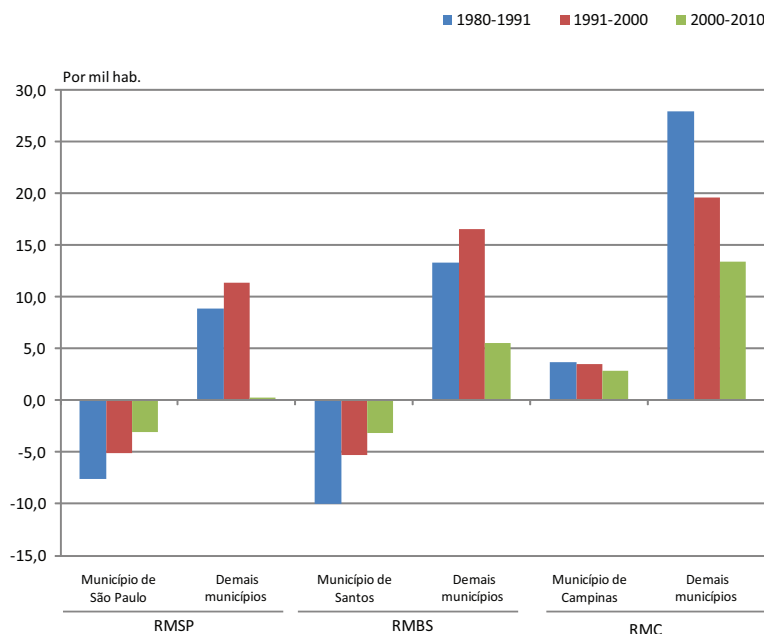
Na RMSP, esse indicador diminuiu fortemente ao longo dos anos 1980 e, desde então, tem oscilado entre pequenas taxas negativas e positivas, chegando à última década com o patamar de -1,6 migrante ao ano por mil habitantes. Os Gráficos 1 e 2 mostram com maior detalhe essa trajetória. Verifica-se que, na década de 1980, a queda do indicador refletiu a

Gráfico 1
Taxas anuais de migração
Estado de São Paulo, RMSP, RMBS e RMC – 1980-2010



Fonte: Fundação Seade.

Gráfico 2
Taxas anuais de migração
Municípios-sede das Regiões Metropolitanas do
Estado de São Paulo e demais municípios – 1980-2010



Fonte: Fundação Seade.

até então inédita situação migratória do Município de São Paulo, que apresentou taxa de migração negativa (-7,6 migrantes ao ano por mil habitantes). Entretanto, isso não ocorreu nos demais municípios da RMSP, que mantiveram taxa anual elevada naquele período, no patamar de 8,9 migrantes por mil habitantes, compensando, em parte, o indicador negativo exibido pela capital.

Na década seguinte (1991-2000), houve pequena recuperação das tendências migratórias na RMSP, mesmo com a taxa migratória negativa da capital (-5,1 migrantes ao ano por mil habitantes). Isso foi devido à elevada taxa anual de migração nos outros municípios da RMSP, que chegou a 11,4 migrantes por mil habitantes. Em termos absolutos, esse valor correspondeu à entrada líquida de 75 mil pessoas ao ano em tais municípios naquela década.

Na década de 2000, a RMSP voltou a registrar taxa anual de migração negativa (-1,6 migrante por mil habitantes), que corresponde à saída líquida de 30 mil pessoas ao ano. Mais uma vez, a capital manteve negativa sua taxa de migração, mas a grande diferença em relação ao passado foi o fato de esse indicador, referido aos demais municípios da região, ter se aproximado de zero (0,3 migrante ao ano por mil habitantes), numa intensa mudança em relação aos anos anteriores, quando compunham uma das principais áreas de atração de migrantes no Estado de São Paulo.

Os Gráficos 1 e 2 ilustram esses resultados e evidenciam que as taxas migratórias da RMSP vêm gravitando em torno de zero. O Gráfico 2 mostra ainda mais: na década passada, a taxa de migração da capital e a dos demais municípios que compõem essa região aproximaram-se de zero. Isso, entretanto, não significa, necessariamente, inércia migratória dessas áreas, uma vez que reflete o resultado líquido de entrada e saída de migrantes, cujos fluxos podem ser ainda expressivos, o que só se conhecerá com a divulgação dos resultados mais detalhados do Censo Demográfico de 2010. De qualquer modo, sabe-se que diminuiu a entrada de migrantes na RMSP, uma vez que esse fenômeno foi captado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Seade e pelo Dieese. A PED mostra, por exemplo, que a proporção de migrantes residentes há menos de três anos na RMSP, em relação ao total da população dessa área, passou de 6,2% para 3,1%, entre 1988 e 2010.

Na Região Metropolitana da Baixada Santista, as taxas de migração também diminuíram significativamente após os anos 1980. A Tabela 2 e o Gráfico 1 mostram que, entre 1980 e 1991, esse indicador correspondia a 4,4 migrantes ao ano por mil habitantes, bem inferior ao registrado na década anterior (20 migrantes ao ano por mil habitantes). Tal como na RMSP, essa retração deveu-se à expressiva redução da migração em Santos (Gráfico 2), o município-sede, que também passou a contar com taxa de migração negativa nesse período (-10,0 migrantes ao ano por mil habitantes), compensada pelas taxas exibidas pelos demais municípios da região, que se mantiveram positivas e em patamar expressivo (13,3 migrantes ao ano por mil habitantes). Também à semelhança do que ocorreu na RMSP, na década seguinte (1991-2000), a RMBS evidenciou certa recuperação migratória, expressa por uma taxa anual de 9,8

migrantes por mil habitantes. Tal recuperação deveu-se ao aumento na taxa de migração nos demais municípios da RMBS e à redução da evasão populacional no município-sede.

Já entre 2000 e 2010, a região voltou a apresentar redução na migração, registrando taxa anual de 3,2 migrantes por mil habitantes. Tal movimento refletiu a continuidade, ainda que menos acentuada, da evasão da população de Santos e a sensível diminuição da migração para os outros municípios da RMBS.

A Região Metropolitana de Campinas acompanhou o observado para o Estado de São Paulo no que diz respeito à redução no ritmo de migração a partir dos anos 1980. Naquela década, sua taxa anual de migração foi de 16,3 migrantes por mil habitantes, bem inferior à registrada na década de 1970 (43,5 migrantes ao ano por mil). Entre 1991 e 2000, persistiu a tendência de desaceleração da migração, a região passou a registrar taxa anual de 12,6 migrantes por mil habitantes (Gráfico 1). No entanto, diferentemente das duas outras áreas metropolitanas, em seu município-sede as taxas permaneceram positivas e praticamente estabilizadas, em torno de 3,5 migrantes ao ano por mil habitantes nesse período. Nos demais municípios da RMC, a taxa anual de migração passou de 16,3 migrantes por mil habitantes, entre 1980-1991, para 12,6 por mil, entre 1991-2000 (Gráfico 2).

Na década de 2000, a taxa de migração da RMC apresentou nova retração, mas ainda se manteve no patamar de 9,2 migrantes ao ano por mil habitantes. Diante da relativa estabilidade desse indicador para Campinas (2,9 migrantes ao ano por mil habitantes), essa diminuição refletiu a redução na intensidade migratória dos outros municípios da região. Entretanto, observe-se que esse menor ritmo de expansão não impediu que a taxa anual de migração para esses municípios se mantivesse em 13,4 migrantes por mil habitantes, a mais elevada entre todos os domínios geográficos analisados e, certamente, entre as maiores do Estado de São Paulo, na última década.

Considerações finais

Explicações para as mudanças da dinâmica migratória na última década, apontadas neste estudo, requerem mais informações sobre o tema, que só estarão disponíveis com a publicação dos resultados mais detalhados do Censo Demográfico de 2010. No entanto, arrisca-se aqui a delinear algumas hipóteses sobre fenômenos que podem ter afetado os padrões de distribuição espacial da população brasileira e paulista.

É verdade que são múltiplos e complexos os determinantes dos movimentos populacionais, mas considera-se que uma de suas principais motivações seja a busca por melhores condições de vida

e oportunidades de trabalho por parte dos migrantes. Assim, é de se esperar que áreas economicamente dinâmicas e com grande geração de empregos sejam, em princípio, áreas de atração populacional. De fato, as informações econômicas e laborais da última década mostram que, sobretudo os Estados das Regiões Sul e Sudeste, inclusive São Paulo, têm se mostrado menos dinâmicos se comparados ao restante do país.

É isso o que mostram as informações das Contas Regionais (IBGE). Nos últimos anos, o Produto Interno Bruto (em volume) de vários Estados brasileiros, especialmente do Norte e Centro-Oeste e alguns do Nordeste, cresceram acima da média nacional, enquanto o do Estado de São Paulo oscilou em torno desse valor.¹ Também do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostra resultados semelhantes no que tange ao comportamento do nível de ocupação. Na mesma direção apontam os dados da Relação Anual das Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no que diz respeito à evolução dos vínculos de emprego formal.

Esses elementos convergem com os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010, ao revelarem que as regiões Centro-Oeste e Norte mantiveram a tendência de crescimento populacional já apontada em décadas anteriores, com taxas de crescimento acima da média nacional, indicativa de que elas se configuram como áreas de atração populacional. Por outro lado, pode-se supor que o maior dinamismo econômico em áreas tradicionalmente de expulsão, ou até então não atrativas de população, como alguns Estados do Nordeste, tenha contribuído para diminuir a evasão de sua população ou até mesmo atrair migrantes de outras regiões do país, inclusive de seus naturais que migraram no passado. Assim, seria de se esperar que potenciais migrantes para o Estado de São Paulo permanecessem em suas áreas de origem ou emigrassem para outras regiões do país e até mesmo que migrantes ali residentes retornassem aos seus Estados de origem.

Em relação ao comportamento migratório das metrópoles paulistas, possíveis hipóteses explicativas de caráter genérico, como as mencionadas anteriormente, não são suficientes para explicar sua dinâmica, pois, diferentemente do conjunto do Estado, em que se consideram apenas as migrações inter-estadual e internacional, no caso das RMs, incluem-se as intraestaduais.

Assim, mesmo que se admita que as metrópoles paulistas tenham atraído menores contingentes populacionais na última década, como sugere o pequeno saldo migratório observado para o conjunto do Estado, há

1. As informações das Contas Regionais são elaboradas por meio de uma parceria entre o IBGE e as instituições estaduais de estatística e planejamento. No caso do Estado de São Paulo os cálculos são elaborados pela Fundação Seade.

vários outros fatores que podem afetar as migrações de e para cada uma dessas regiões.

Além de elementos econômicos e laborais, pode-se admitir, por exemplo, que aspectos físico-territoriais e de preservação ambiental tenham peso importante em certos municípios metropolitanos, como obstáculos à expansão urbana e à atração de migrantes. Em outras cidades, os elevados custos de vida e de moradia vigentes podem gerar impactos negativos sobre sua atratividade populacional. Acrescente-se a isso as facilidades de transportes interurbanos, que também podem contribuir para a explicação dos novos padrões de localização habitacional dos estratos superiores de renda fora dos grandes centros urbanos, que, por sua vez, atraem segmentos populacionais mais pobres, em busca de oportunidades de emprego nessas novas áreas residenciais. Enfim, há múltiplos elementos que atuam nos espaços metropolitanos que têm implicações importantes na distribuição da população no território paulista.

Ressalte-se que até agora só se dispõe de hipóteses que tentam explicar essas mudanças nos padrões migratórios do Estado de São Paulo e suas metrópoles. Apenas com as informações detalhadas do Censo Demográfico de 2010, em especial sobre os fluxos migratórios ocorridos na última década e o perfil dos migrantes, será possível testá-las e abrir um leque de outras possibilidades de interpretação das tendências migratórias recentes no Estado de São Paulo.



Governador do Estado
Geraldo Alckmin

Vice-Governador
Guilherme Afif Domingos

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Emanuel Fernandes

SEADE
Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados

Diretora Executiva
Felícia Reicher Madeira

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro
Marcos Martins Paulino

Diretor Adjunto de Análise e Disseminação de Informações
Sinésio Pires Ferreira

Diretora Adjunta de Metodologia e Produção de Dados
Marise Borem Pimenta Hoffmann

Chefia de Gabinete
Ana Celeste de Alvarenga Cruz

SP DEMOGRÁFICO

Produção
Gerência de Indicadores e Estudos Populacionais (Gepop)

Autoria
Sonia Perillo
Valmir Aranha
Rosana Capassi
Magaly de Losso Perdigão

Edição
Gerência de Editoração e Arte (Geart)

Av. Cásper Líbero 464 – 01033-000 – São Paulo SP
Fone (11) 3324-7200 – Fax (11) 3324-7297
www.seade.gov.br ouvidoria@seade.gov.br geadi@seade.gov.br

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.